

REFORMA RS



ESTRUTURANTE
TRANSFORMADORA
INOVADORA

REFORMA TRIBUTÁRIA DO ESTADO

COLETIVA REGIÃO FRONTEIRA OESTE
21 de agosto de 2020



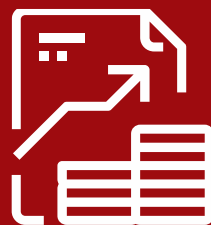


OS PILARES DA REFORMA



AUXILIAR O EQUILÍBRIO FISCAL

- Manter a arrecadação
- Buscar sustentabilidade fiscal



TRIBUTAR MELHOR

- Desenvolver o Estado, favorecendo os negócios
- Melhorar a competitividade
- Observar práticas internacionais
- Alinhar com a Reforma Tributária nacional



PROMOVER TRIBUTAÇÃO MAIS JUSTA

- Redistribuição mais equitativa da carga tributária do Estado entre empresas e cidadãos

ALÍQUOTAS EXTRAORDINÁRIAS

	Gasolina	Álcool	Energia	Comunicações	Alíquota básica
2020	30%	30%	30%	30%	18%
2021	25%	25%	25%	25%	17%



ARRECADÇÃO DOS MUNICÍPIOS

PROJEÇÃO DE PERDAS COM O FIM DAS ALÍQUOTAS MAJORADAS

Perda nesses Municípios
R\$ 32,2 milhões

Perda RS
R\$ 850 milhões

MUNICÍPIO	Perda estimada (R\$)	% Rec Corrente	% Rec Impostos	% Transferências	% Pessoal	% Investimento	% Educação	% Saúde
ALEGRETE	5.702.565	2,6%	13,9%	3,9%	3,4%	26,6%	11,5%	11,2%
ITAQUI	3.826.454	2,7%	22,7%	3,5%	3,6%	232,0%	8,4%	17,6%
ROSÁRIO DO SUL	3.037.305	2,7%	25,6%	3,5%	4,8%	95,8%	16,8%	15,9%
SANTANA DO LIVRAMENTO	4.758.938	1,8%	7,9%	2,7%	2,7%	75,4%	8,1%	6,5%
SÃO BORJA	4.413.447	2,1%	16,2%	2,8%	3,9%	26,8%	9,7%	7,6%
SÃO GABRIEL	4.571.479	2,5%	19,8%	3,1%	4,8%	52,1%		
URUGUAIANA	5.859.688	1,8%	9,9%	2,5%	3,5%	25,5%	6,6%	10,7%
Total nesses municípios	32.169.874							



MACROESTRATÉGIAS

1

**SIMPLIFICAÇÃO
DA TRIBUTAÇÃO**

2

**REDISTRIBUIÇÃO
DA CARGA
TRIBUTÁRIA**

3

**ESTÍMULO
À ATIVIDADE
ECONÔMICA E
À RETOMADA
PÓS-COVID**

4

**REVISÃO DE
BENEFÍCIOS
FISCAIS**

5

**REDUÇÃO DO
ÔNUS FISCAL
PARA FAMÍLIAS**

6

**MODERNIZAÇÃO
DA
ADMINISTRAÇÃO
TRIBUTÁRIA**

7

**TRANSPARÊNCIA
E CIDADANIA**

8

**PROGRESSIVIDADE:
TRIBUTAR MENOS
PRODUÇÃO E
CONSUMO E MAIS
PATRIMÔNIO**



RESUMO DAS PROPOSTAS

SIMPLIFICAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DA CARGA

- Redução do número de alíquotas ICMS para duas: 17% e 25%

REVISÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

- Extinção parcial de isenções e reduções de base de cálculo
- Criação do Fundo Devolve-ICMS (aportes em infraestrutura agro e inovação)

ESTÍMULO À ATIVIDADE ECONÔMICA E À RETOMADA PÓS-COVID

- Redução da alíquota efetiva para compras internas no Estado para 12%
- Redução do prazo de creditamento do ICMS dos Bens de Capital (Confaz)
- Devolução parcial dos créditos de “uso e consumo” (Confaz)
- Devolução de saldos credores de exportação
- Estímulo à importação pelo RS
- Extinção do DIFAL (“imposto de fronteira”)
- Revisão do Simples Gaúcho
- Incentivo ao E-commerce



RESUMO DAS PROPOSTAS

REDUÇÃO ÔNUS FISCAL PARA FAMÍLIAS

- Devolução ICMS para famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos - CadÚnico)
- Conjunto das mudanças reduz carga ICMS para todos

TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA

- Receita Certa - devolução ICMS aos cidadãos de parte do crescimento de receita do varejo
- Fortalecimento do Programa NFG, com aumento de 50% dos recursos às instituições parceiras

MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Receita 2030
- Medidas de combate à sonegação e informalidade

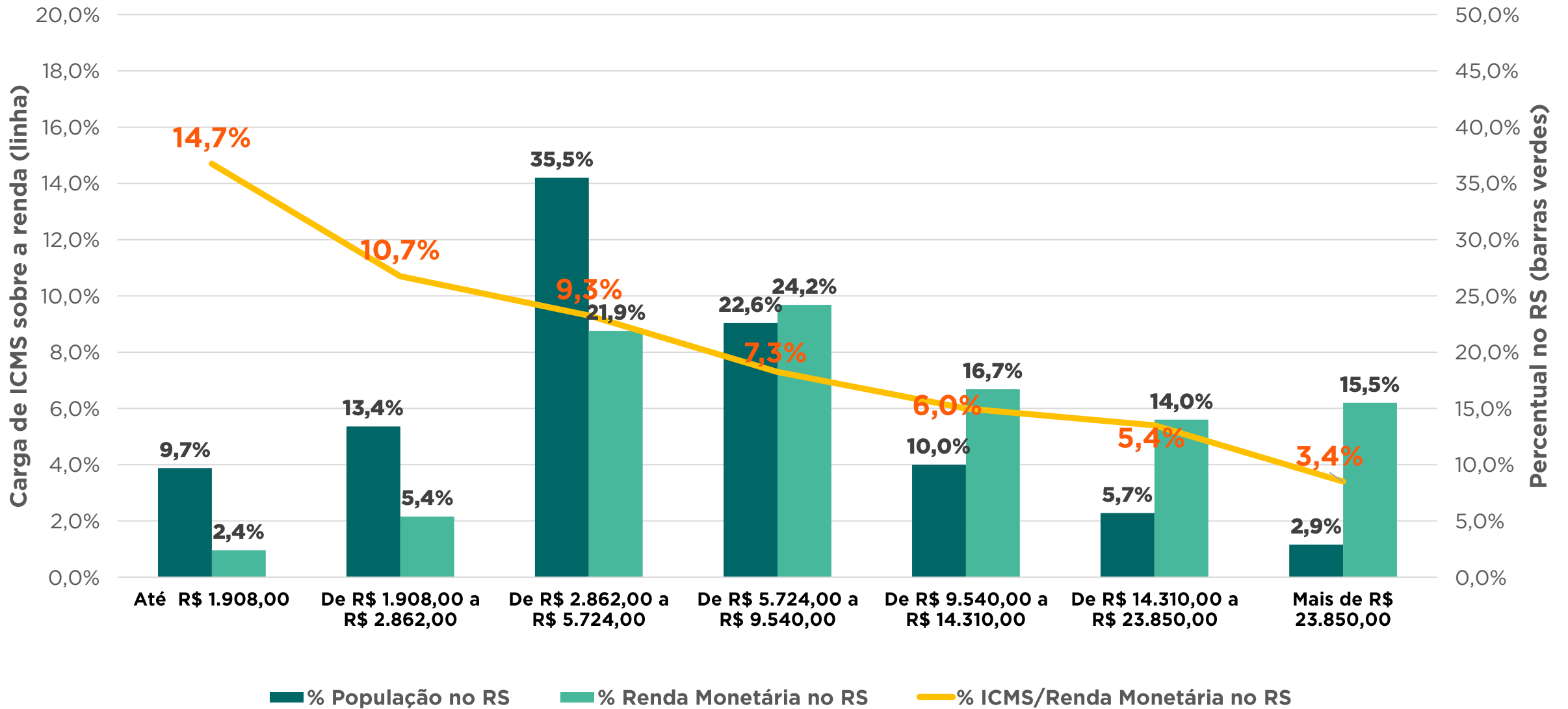
TRIBUTAR MENOS CONSUMO E MAIS PATRIMÔNIO

- Alíquota IPVA automóveis: 3,5%
- Isenção IPVA para veículos acima de 40 anos e até 1 UPF (R\$ 20)
- Novos cálculos Bom Motorista
- IPVA Verde: isenção para elétricos, híbridos e biossegurança
- Isenção IPVA por 2 anos para caminhões e ônibus novos
- Novas alíquotas de ITCD
- Exclusão ITCD áreas de preservação ambiental



CARGA TRIBUTÁRIA E PROPOSTAS

IMPACTO DO ICMS POR FAIXA DE RENDA





REVISÃO SISTEMÁTICA DE BENEFÍCIOS FISCAIS

CRIAÇÃO DO FUNDO DEVOLVE ICMS

O **Fundo** será constituído de recursos que serão destinados aos três pilares da reforma: **justiça social, desenvolvimento e equilíbrio fiscal**. Assim, financiará as devoluções de parte do ICMS às famílias de baixa renda, garantirá investimentos em setores estratégicos e ainda ajudará a compensar o Tesouro pelas medidas de redução de arrecadação

AUXILIAR O
EQUILÍBRIO
FISCAL

TRIBUTAR
MELHOR

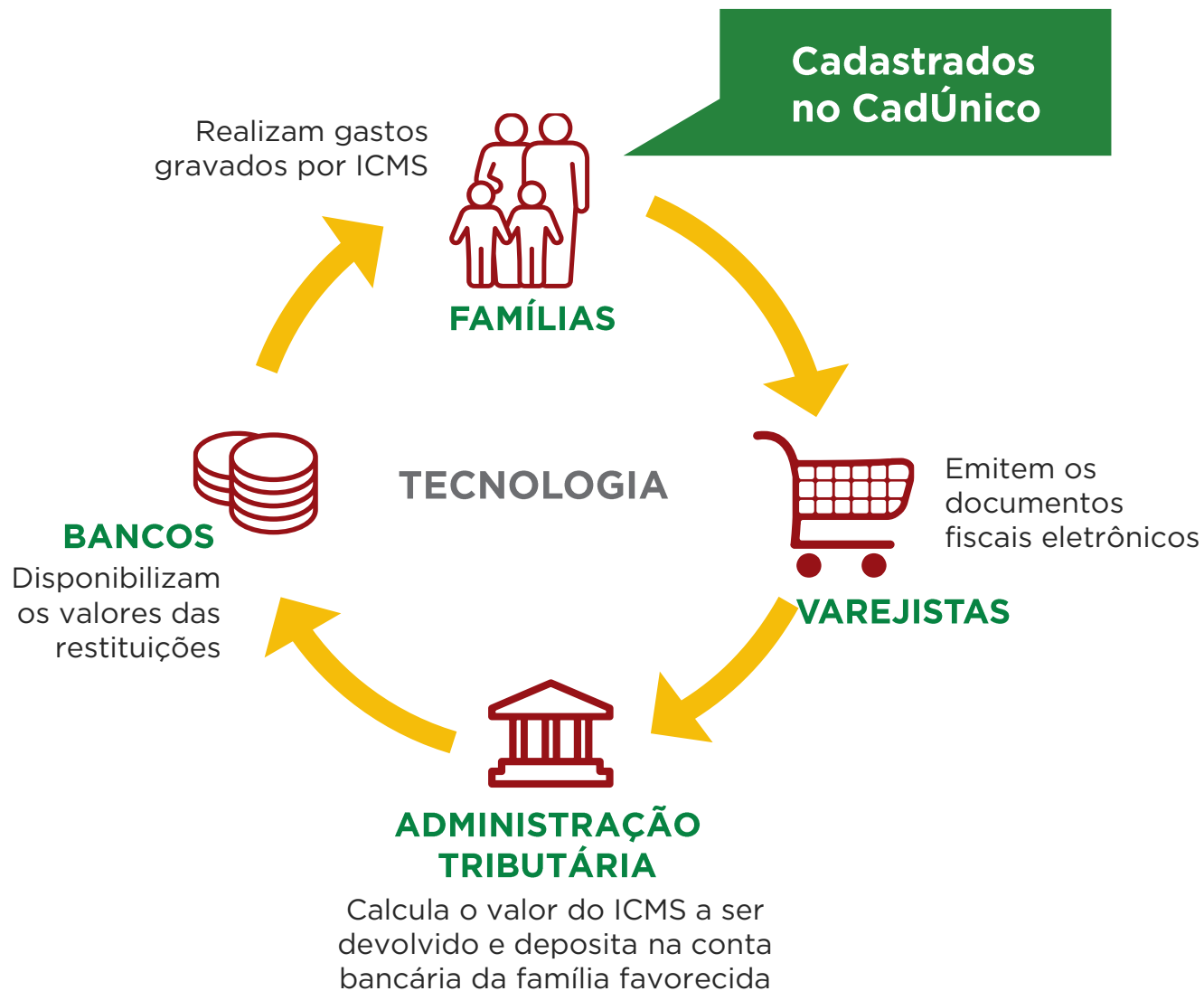
PROMOVER
TRIBUTAÇÃO
MAIS JUSTA

- Obter recursos para a política de devolução do ICMS para famílias de baixa renda
- Financiar investimentos em infraestrutura relacionados à atividade agropecuária do Estado
- Financiar inovação
- Obter recursos para o equilíbrio das finanças públicas

REVISÃO SISTEMÁTICA DE BENEFÍCIOS FISCAIS

INICIATIVA PIONEIRA NO BRASIL

Concessão de
benefícios a quem
mais necessita



DEVOLUÇÃO ICMS FAMÍLIAS BAIXA RENDA



- **Cartão será distribuído e estará à disposição de todos os cidadãos cadastrados no CadÚnico.** No primeiro ano, estima-se 330 mil cartões, que serão enviados para as agências específicas indicadas pelo Banrisul. O cidadão de Alegrete, por exemplo, receberá seu cartão na agência de Alegrete.
- **Não será necessária a abertura de conta no Banrisul.**
- Será um **cartão BanriCard, pré-pago, que funcionará na função débito**, com senha, em todos os estabelecimentos que possuem a máquina Vero Banrisul. São mais de 143 mil estabelecimentos, com forte presença inclusive nos bairros, para a utilização do cartão como postos de gasolina, farmácias, supermercados, padarias, etc.
- **O beneficiário não pagará nenhuma taxa administrativa pelo cartão.**
- **O saldo do cartão poderá ser visualizado no leitor na máquina ao final de cada compra realizada.** Além disso, a movimentação poderá ser consultada no aplicativo Banricard, do Banrisul.



DEVOLUÇÃO DE PARTE DO ICMS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

EXEMPLO

40%

famílias com renda de até 1 salário mínimo, com valor mínimo de R\$ 30,00 por mês

20%

famílias com renda de 1 a 2 salários mínimos, com valor mínimo de R\$ 30,00 por mês

15%

famílias com renda de 2 a 3 salários mínimos, com valor mínimo de R\$ 30,00 por mês

- Os benefícios serão limitados à capacidade de compra de cada família, que é determinada pela renda familiar declarada no CadÚnico
- O recurso será depositado ao titular do cadastro familiar no CadÚnico
- Os recursos serão ser devolvidos imediatamente, **mensalmente**, conforme definição. Há **limitador anual** de recebimento desse benefício por CPF.

DEVOLUÇÃO A PARTIR DE 2021

FAMÍLIAS COM ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO

DEVOLUÇÃO
DE ICMS PARA
FAMÍLIAS DE
BAIXA RENDA

RENDA MENSAL
DE ATÉ



CONSUMO LIMITE

$$69\% = \text{R\$ } 853,63 \times 18\%^*$$

(anual R\$ 10.243,60)

LIMITE ICMS SUPORTADO

R\$ 1.237,15

R\$ 153,65

Devolução 40%

=

LIMITE
DEVOLUÇÃO MENSAL

R\$ 61,46
(anual R\$ 737,52)

**SISTEMA HÍBRIDO
DE DEVOLUÇÃO**

=

DEVOLUÇÃO MÍNIMA
MENSAL

R\$ 30,00
(anual R\$ 360,00)

DEVOLUÇÃO CONDICIONADA
NOTA FISCAL

R\$ 31,46
(anual R\$ 377,52)

*Alíquota nominal ponderada = 12% de consumo com alíquota 25% e 88% com alíquota 17%



REVISÃO SISTEMÁTICA DE BENEFÍCIOS FISCAIS

METODOLOGIA APLICADA

Com base em dados obtidos das Notas Fiscais Eletrônicas e na Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018 (POF-IBGE), que oferece uma visão detalhada da estrutura de consumo das famílias, por nível de renda bruta, foi possível determinar o montante atual de ICMS contido nas despesas de consumo (alimentos, energia elétrica, combustíveis, etc) das famílias gaúchas.

Utilizando a mesma estrutura de consumo foi possível estimar quanto será o ICMS suportado por essas famílias quando a tributação for a prevista na Reforma Tributária do RS.

Além disso, foi possível estimar o valor que será devolvido a cada família, pois o percentual de devolução, que incide sobre o ICMS suportado, estará relacionado com a renda bruta e esse valor também é, como dissemos, informado pela POF-IBGE.

DIFERENÇA NO ICMS FAMILIAR

SIMULAÇÃO*

ICMS NOVO **ANTES**
DA DEVOLUÇÃO

R\$ 133,92

DEVOLUÇÃO 40%

(-) R\$ 53,57

ICMS NOVO **APÓS**
A DEVOLUÇÃO

R\$ 80,35

ICMS ATUAL
R\$ 131,20



MENOS ICMS
- R\$ 50,85
+ 4,11% na renda familiar
Queda de 38,75% no ICMS



R\$ 1.237,15
(renda familiar mensal)



Alimentação /
Bebidas alcoólicas /
Gás doméstico



Transporte público
urbano



Energia elétrica / Telefone,
TV e internet / Mobiliários,
eletrodomésticos / Vestuário
/ Gasolina e álcool / Higiene
e cuidados pessoais /
Remédios / Refrigerante /
Demais itens de consumo

* Simulação com base em dados do IBGE e da Receita Estadual

DIFERENÇA NO ICMS FAMILIAR

SIMULAÇÃO*

ICMS NOVO **ANTES**
DA DEVOLUÇÃO

R\$ 947,77



R\$ 20.000
(renda familiar mensal)

DEVOLUÇÃO 0%

(-) -----

ICMS NOVO **APÓS**
A DEVOLUÇÃO

R\$ 947,77

(+)

Alimentação /
Bebidas alcoólicas /
Gás doméstico

(=)

Transporte público
urbano

(-)

Energia elétrica / Telefone,
TV e internet / Mobiliários,
eletrodomésticos / Vestuário
/ Gasolina e álcool / Higiene
e cuidados pessoais /
Remédios / Refrigerante /
Demais itens de consumo

ICMS ATUAL
R\$ 984,47



MENOS ICMS

- R\$ 36,70

+ 0,18% na renda familiar
Queda de 3,73% no ICMS

* Simulação com base em dados do IBGE e da Receita Estadual



DESONERAÇÃO DA CESTA BÁSICA

**R\$ 1,2
BILHÃO**

É a renúncia de
receitas anual com a
desoneração da cesta
básica de ICMS

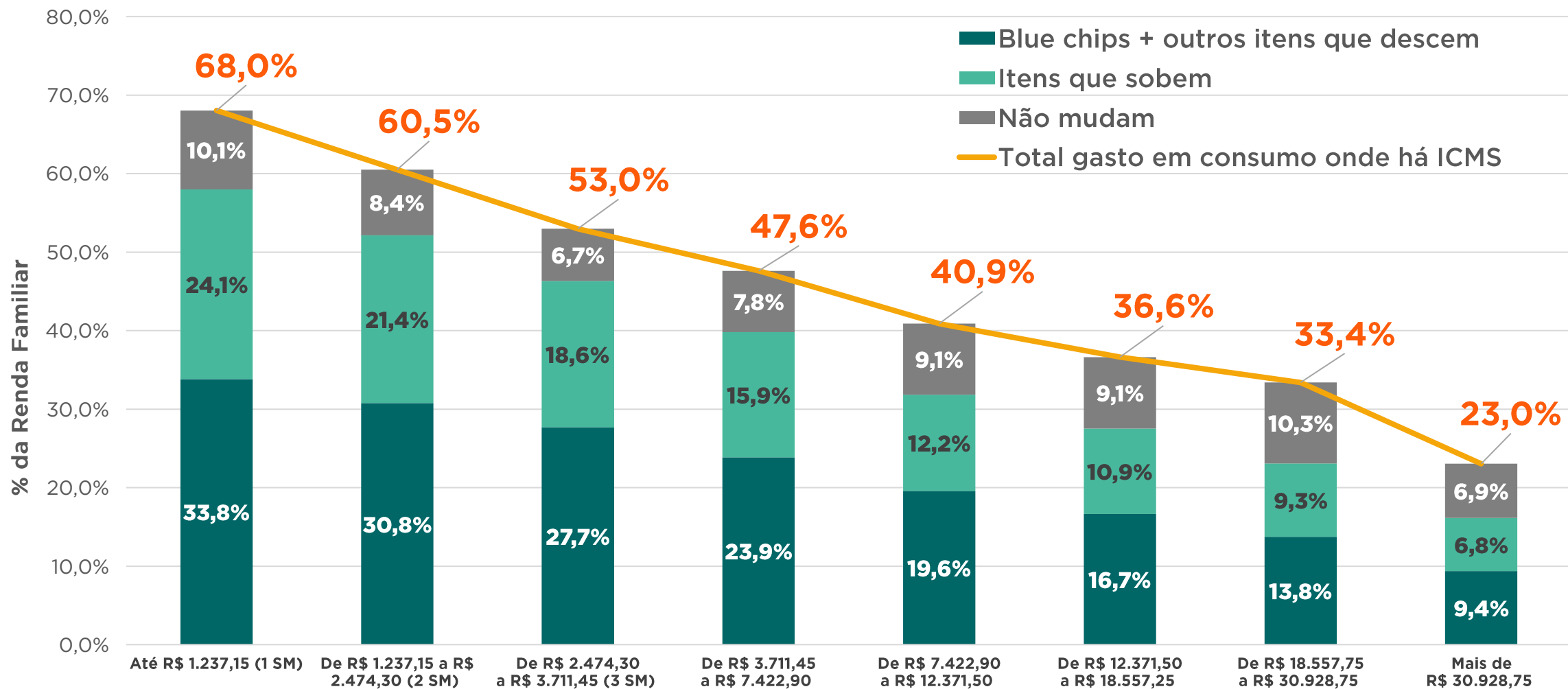
Apenas **15,3%** dessa
desoneração total (ou R\$ 186
milhões/ano) **beneficiam
famílias com renda até 3
salários mínimos** (23% da
população)

**Famílias com renda acima
de R\$ 12.371,50** (18,7% da
população) são beneficiadas
com **31,3%** dessa
desoneração de cesta básica
(ou R\$ 380 milhões/ano), **o
dobro das famílias de menor
renda**

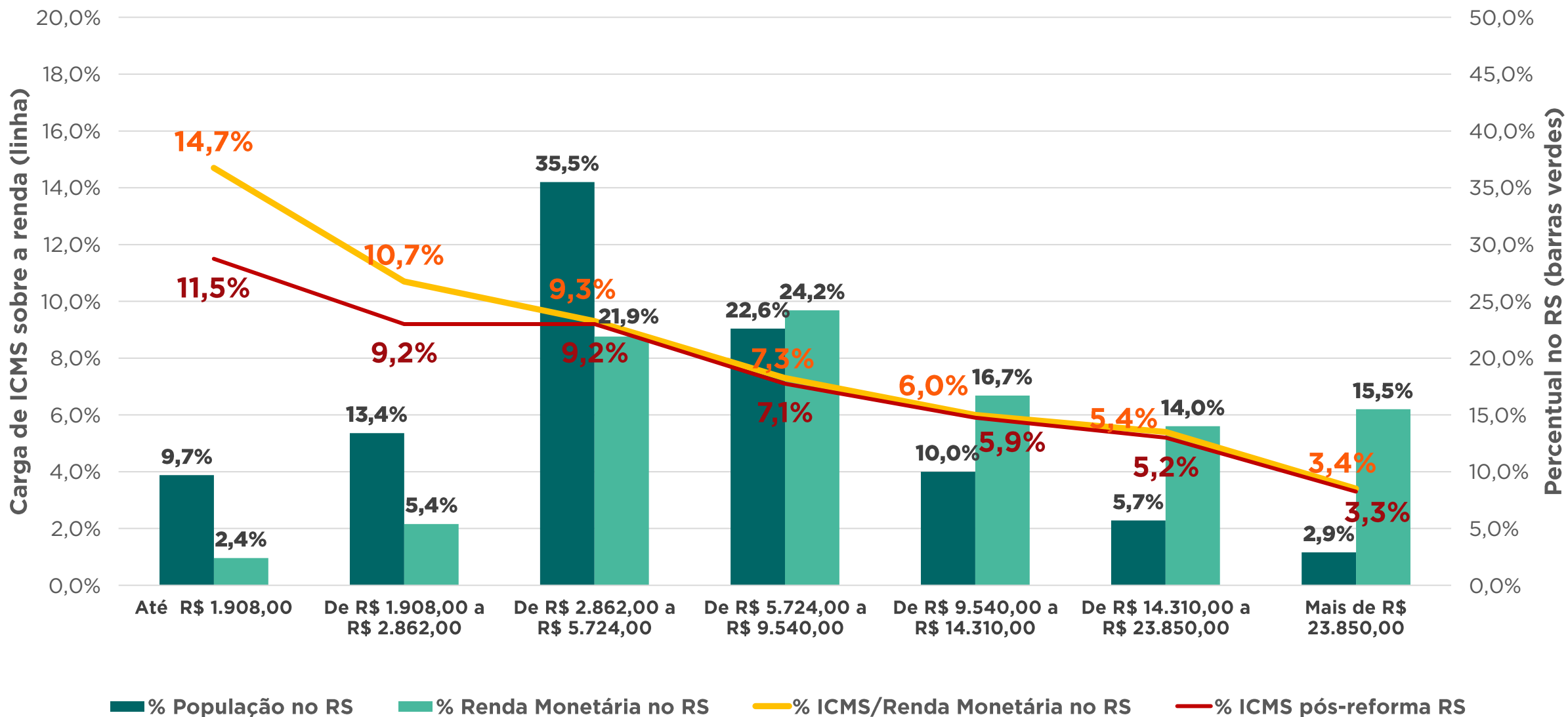
A desoneração anual
média por família atinge
um benefício de **R\$ 136**
(até dois salários mínimos)
ou **R\$ 182** (até três salários
mínimos). Famílias com
renda acima de **R\$ 30 mil**
o valor é de **R\$ 772**

A **devolução do ICMS**,
para famílias com renda
até três salários
mínimos, **compensará
amplamente tais valores**,
pois o mínimo fixo será
de R\$ 360 anuais

IMPACTO DA RENDA GASTA EM ITENS QUE PAGAM ICMS



IMPACTO DO ICMS POR FAIXA DE RENDA





IPVA

CARGA TRIBUTÁRIA ATUAL

IPVA

Receita bruta IPVA 2019

R\$ 3 bi



TOTAL DA FROTA 2019

6.917.855

54%

VEÍCULOS
TRIBUTÁVEIS
3.762.727

46%

VEÍCULOS
ISENTOS
3.155.128

PRINCIPAIS DESONERAÇÕES

Veículos com mais de 20 anos	2.502.889
Valor Inferior a 4 UPF	494.408
Veículo Oficial	41.173
Pessoa com Deficiência	20.033
Táxi	12.755
Ônibus	6.722
Transporte Escolar	2.322
Instituições Sociais	2.996
Templos	2.071
Sindicatos Trabalhistas	674
Táxi-Lotação	460

UPF atual = R\$ 20,30



ALÍQUOTAS IPVA ATUAL - RS

3%

AUTOMÓVEIS E
CAMIONETES

2%

MOTOCICLETAS

1%

CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-
ÔNIBUS E AUTOMÓVEIS E
CAMIONETES PARA LOCAÇÃO



ALÍQUOTAS IPVA - ESTADOS

ESTADOS	ALÍQUOTAS AUTOMÓVEIS (%)
Acre, Espírito Santo, Santa Catarina e Tocantins	2,00
Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Sergipe	2,50
Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima	3,00
Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Paraná	3,50
Goiás	3,75
Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo	4,00

* No Rio Grande do Sul pagam a alíquota de 3% automóveis, camionetas e motor home



PROPOSTAS



IPVA

DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS

Adoção de alíquota de 3,5% para automóveis e camionetas

Lei estadual para disciplinar o emplacamento **obrigatório** no Estado onde circular

Revisão do benefício de **Bom Motorista**:

- 3 anos sem infrações: 15% para 5%
- 2 anos sem infrações: 10% para 3%
- 1 ano sem infrações: 5% para 2%



PROPOSTAS



IPVA

DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS

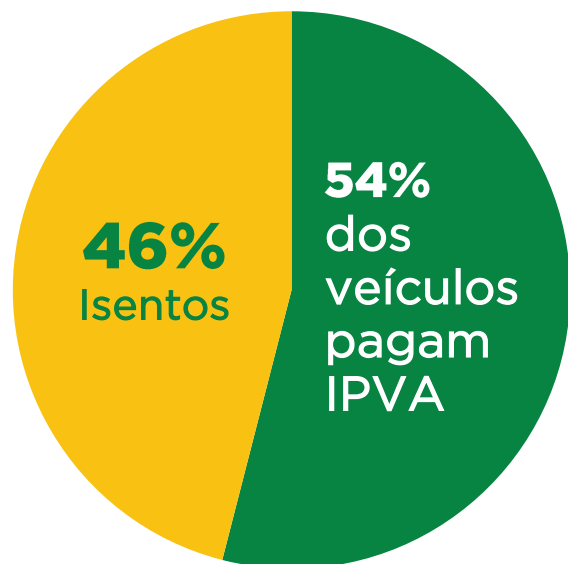
Alteração dos critérios de isenções:

- Serão isentos veículos fabricados há mais de 40 anos (e não 20 anos)
- Estabelece prazo para pagamento nos casos de veículos adquiridos em leilões
- Redução do valor mínimo do IPVA de 4 UPF para até 1 UPF
- **IPVA VERDE:**
 - Estender para os veículos híbridos até 2023 a isenção já existente para os veículos elétricos, a partir da sanção da lei
 - Isenção por dois anos do IPVA na compra até 2023 de novos ônibus / caminhões
 - Isenção por quatro anos para ônibus com características de biossegurança

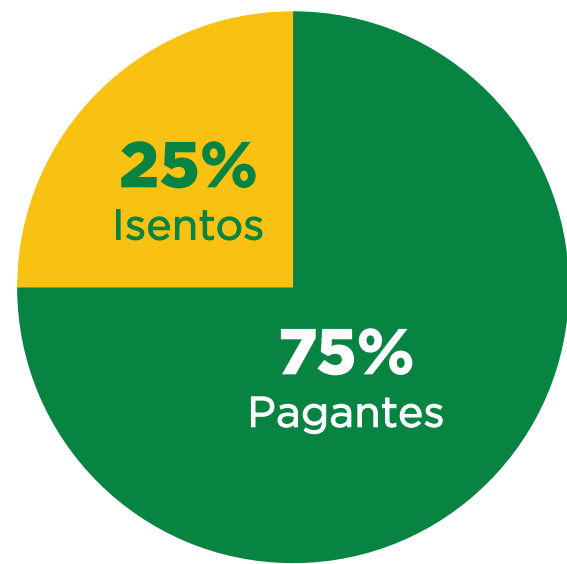
REVISÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA



Modelo Atual
Carga Tributária Concentrada



Modelo Proposto
Ampliação da Base da Carga Tributária



→ dos veículos passam a pagar IPVA

Impacto total
+R\$ 744 milhões



ITCD



REVISÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

ITCD PROGRESSIVO

O ITCD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) é o imposto sobre a transmissão gratuita de bens móveis ou imóveis e também de direitos, incluindo-se a sucessão (causa mortis).

Descrição:

- Adoção de faixas de alíquotas progressivas para CAUSA MORTIS de 7% e 8%
- Adoção de faixas de alíquotas progressivas para DOAÇÕES de 5% e 6%
- Prever explicitamente a incidência de ITCD, com ST, sobre planos de previdência privada como PGBL e VGBL
- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: exclusão das áreas de preservação ambiental de cobrança do ITCD

Objetivo:

- Tributar mais patrimônio e menos produção e consumo



SIMULADORES

ALTERAÇÕES NA PROPOSTA

Simuladores

estado.rs.gov.br/reformatributariars

Reforma Tributária do Estado

Simulação de impacto do ICMS/IPVA para famílias

Simulação de impacto para motorista de aplicativo

Simulação de impacto para Prefeituras

Simulador Reforma por Família

Confira aqui as principais mudanças para as famílias gaúchas. Insira o valor da renda aproximada da sua família e saiba como a Reforma Tributária irá mudar as despesas da casa e dos principais itens de consumo.

Renda Familiar (Bruta Mensal) **Calcular**

	Antes	Depois
Total gasto com ICMS antes devolução	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% Devolução*		0%
Devolução*		R\$ 0,00
Total gasto com ICMS após devolução	R\$ 0,00	R\$ 0,00

RESUMO

R\$ 0,00 de ICMS (por ano)

R\$ 0,00 de IPVA (por ano)

RESULTADO FINAL

R\$ 0,00 de impostos por ano

OBS: resultado considera as projeções em 2023, ao final da implementação da reforma.

São três simuladores:

- **PARA FAMÍLIA:** colocando a renda familiar é possível verificar os impactos nos principais itens de consumo. Também é possível simular as mudanças no IPVA.
- **PARA MOTORISTA DE APLICATIVO:** é possível informar os kms rodado no mês, o gasto com celular e o valor do veículo para analisar o efeito da reforma.
- **PARA PREFEITURAS:** digitando o nome do município é possível observar a queda de arrecadação com o fim das alíquotas majoradas, se nada for feito.

ICMS/PIB

Em 2010, o RS ocupava o 14º lugar no ranking. Os dados de 2019 mostram que agora o Estado está em 21º no lugar

Fonte: Dados do PIB até 2017 pelo IBGE e de 2019 estimados pelo DEE/SEPLAG. Dados de Impostos pelo site STN.

Ranking	UF	2010
1	AM	10,22%
2	MS	9,36%
3	MT	9,30%
4	RO	9,22%
5	PE	8,65%
6	PI	8,60%
7	ES	8,50%
8	RN	7,88%
9	AL	7,81%
10	PB	7,76%
11	CE	7,75%
12	MG	7,74%
13	GO	7,59%
14	RS	7,42%
15	BA	7,37%
16	SE	7,12%
17	SP	7,02%
18	AC	6,90%
19	TO	6,80%
20	SC	6,68%
21	MA	6,35%
22	RR	6,23%
23	PA	6,21%
24	PR	6,19%
25	AP	5,92%
26	RJ	5,64%
27	DF	3,23%
1--27	Total	6,99%
	Média Simples	7,39%

Ranking	UF	2019
1	AM	11,31%
2	MT	9,82%
3	AC	9,30%
4	ES	9,18%
5	PI	9,15%
6	MS	9,09%
7	PB	8,87%
8	RO	8,62%
9	RR	8,58%
10	PE	8,44%
11	RN	8,36%
12	GO	8,27%
13	CE	8,25%
14	SE	8,22%
15	MG	8,22%
16	TO	8,13%
17	MA	8,13%
18	AL	7,99%
19	SC	7,75%
20	BA	7,72%
21	RS	7,63%
22	PA	7,29%
23	PR	6,91%
24	SP	6,29%
25	RJ	5,84%
26	AP	5,70%
27	DF	3,13%
1--27	Total	7,11%
	Média Simples	8,01%

Impostos/PIB (ICMS+IPVA+ITCD)

Em 2010, o RS ocupava 12º lugar no ranking. Os dados de 2019 mostram que agora o Estado está em 20º lugar

Fonte: Dados do PIB até 2017 pelo IBGE e de 2019 estimados pelo DEE/SEPLAG. Dados de Impostos pelo site STN.

Ranking	UF	2010
1	AM	10,50%
2	MS	9,90%
3	MT	9,83%
4	RO	9,71%
5	PE	9,13%
6	PI	9,08%
7	ES	8,89%
8	MG	8,50%
9	RN	8,34%
10	AL	8,25%
11	CE	8,19%
12	RS	8,16%
13	GO	8,15%
14	PB	8,14%
15	SP	7,83%
16	BA	7,76%
17	SE	7,46%
18	TO	7,30%
19	SC	7,30%
20	AC	7,27%
21	RR	6,57%
22	PR	6,89%
23	MA	6,74%
24	PA	6,50%
25	AP	6,36%
26	RJ	6,09%
27	DF	3,67%
1--27	Total	7,62%
	Média Simples	7,87%

Ranking	UF	2019
1	AM	11,68%
2	MT	10,50%
3	MS	9,99%
4	PI	9,90%
5	AC	9,81%
6	ES	9,74%
7	PB	9,53%
8	RO	9,34%
9	MG	9,32%
10	CE	9,25%
11	GO	9,18%
12	PE	9,12%
13	RR	9,09%
14	RN	8,98%
15	SE	8,95%
16	TO	8,93%
17	AL	8,63%
18	MA	8,59%
19	SC	8,49%
20	RS	8,42%
21	BA	8,22%
22	PR	7,84%
23	PA	7,69%
24	SP	7,14%
25	RJ	6,43%
26	AP	6,17%
27	DF	3,69%
1--27	Total	7,88%
	Média Simples	8,69%



CONCLUSÕES

O RS terá o sistema tributário mais moderno do Brasil, antecipando elementos da reforma nacional.

As alíquotas de gasolina, álcool, energia e telecomunicações caem imediatamente para 25%, com expressiva redução no custo para a economia e cidadãos. Somadas à queda gradual da alíquota modal de 18% para 17%, serão R\$ 2,8 bilhões a menos de arrecadação, o que causaria um colapso financeiro. As medidas da Reforma Tributária mitigam as perdas para o Estado e Municípios, mantendo a prestação de serviços.

Em todas as classes de renda, a carga fiscal do ICMS será reduzida em relação à situação atual. O RS será pioneiro em estabelecer devolução de impostos para baixa renda, iniciativa defendida internacionalmente.

No conjunto, haverá enormes ganhos de competitividade para a economia gaúcha, sendo atendidos pleitos de décadas relacionados ao ICMS e simplificando alíquotas e processos.

Aumentará a participação relativa do IPVA e ITCD em relação ao ICMS, alinhando maior justiça social.



NOVAS FAÇANHAS

